

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN "COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA)".

**Ata da 1ª Reunião de Instalação, realizada em 9-12-03**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Eduardo Suplicy e ainda com as presenças dos Senadores Jonas Pinheiro, Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Eurípedes Camargo, Pedro Simon, Hélio Costa, Valdir Raupp, Patrícia Saboya Gomes, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Antero Paes de Barros e os Deputados Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcelo Siqueira, Feu Rosa, Josué Bengtson, Jamil Murad, João Alfredo e Ronaldo Caiado, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Presente também o Deputado Dr. Rodolfo Pereira. O Presidente declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, na qual deverão ser eleitos o Presidente e Vice-Presidente. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida para funcionarem como escrutinadores o Senador Siba Machado e o Deputado Jamil Murad. Realizada a apuração, o número de votos coincidiu com o número de votantes presentes no momento e apresentou o seguinte resultado: com 18 votos foi eleito Presidente o Senador Álvaro Dias e com o mesmo número de votos para Vice-Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni. A Presidência os declara eleitos e empossados. O Senador Álvaro Dias,

agradecendo a honra que lhe foi conferida, designa o Deputado João Alfredo para funcionar como Relator da Comissão. Fizeram uso da palavra os Parlamentares Jonas Pinheiro, Onyx Lorenzoni, Jamil Murad, João Alfredo, Abelardo Lupion, Josué Bengtson e Eduardo Suplicy. A seguir, o Senhor Presidente sugere denominar a Comissão de "CPMI da Terra", o que foi acatado pela maioria dos membros. A Presidência comunica aos presentes que os trabalhos da Comissão serão iniciados a partir de 16 de fevereiro de 2004 e que o horário e o dia para a realização das reuniões serão definidos quando do retorno do recesso parlamentar. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, **Janice de Carvalho Lima**, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental e considerando que pela primeira vez sou o mais idoso dentre os meus companheiros aqui, declaro instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência, assim como os movimentos dos proprietários de terra que, segundo se divulga, tem se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência.

A pauta desta eleição destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, bem como de seu Relator.

Solicito à Secretaria que distribua cédulas para votação, solicitando ainda aos Srs. Parlamentares que coloquem os seus votos na urna aqui presente. Pergunto se houve a indicação por parte dos Srs. Líderes no sentido de que podemos ter a indicação dos nomes do Presidente e Vice-Presidente.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, no acordo que foi construído houve a indicação do Senador Álvaro Dias para a Presidência da Comissão, deste Deputado para a Vice-Presidência e foi indicado o Deputado João Alfredo como Relator da Comissão. Essas são as indicações pelo acordo construído.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Então, como as cédulas já estão distribuídas aos Srs. Parlamentares, solicito que todos compareçam para votar.

Então, o Deputado Onix Lorenzone para a Vice-Presidente e Senador Alvaro Dias para Presidente.

A nomeação do Relator é feita por indicação do Presidente.

Convido o Deputado Jamil Murad e o Senador Sibá Machado para fazerem a contagem dos votos.

Os indicados são o Senador Alvaro Dias para Presidente e para Vice-Presidente o Deputado Onix Lorenzone.

O Senador Alvaro Dias foi indicado para Presidente e o Deputado Onix Lorenzone para vice-Presidente.

Essas são as indicações feitas pelas Lideranças.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Encerrada a votação.

Peço ao Senador Sibá Machado e ao Deputado Jamil Murad para fazerem a contagem dos votos.

**(Procede-se à apuração)**

O Senador Alvaro Dias teve 18 votos e o Deputado Onyx Lorenzoni também teve 18 votos. Ambos foram aprovados por unanimidade.

Convido-os a virem à mesa. Antes de deixar a Presidência, desejo sucesso no trabalho e tenho a certeza de que todos vão estar colaborando intensamente para que possa esta Comissão ser uma catalizadora de entendimento para que se realize a reforma agrária de maneira pacífica no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Eduardo Suplicy e, da mesma forma, aos Srs. Senadores, às Sr<sup>as</sup> Senadoras, aos Srs. Deputados, às lideranças dos partidos, que acordaram em nos incumbir dessa missão, o Deputado Onyx Lorenzoni como vice-presidente e eu assumindo a presidência neste momento, tendo também a satisfação de designar como relator desta Comissão o Deputado João Alfredo, indicado pela liderança do Partido dos Trabalhadores para a relatoria. Nós o convidamos para que tome assento à mesa para que possamos iniciar os trabalhos desta CPI.

O objetivo desta reunião é a instalação da CPI e a eleição dos dirigentes da mesma.

Como estamos próximos do final do ano, especialmente num momento de muita atividade congressual com reformas, a da Previdência e a Tributária, os trabalhos desta CPI, na prática, terão início a partir do dia 16 de fevereiro, quando o Congresso Nacional retorna do seu recesso. Teremos o recesso, portanto, para recolher sugestões, ouvir opiniões, a fim de que possamos, principalmente através do relator, o Deputado João Alfredo, elaborarmos um roteiro de trabalho que nos permita concluir objetivamente.

Sabemos que toda CPI é um instrumento poderoso de fiscalização, de investigação, tem também que ser um instrumento inteligente de proposição. Ela gera um enorme expectativa quando é instalada e sempre se trabalha contra a descrença popular em relação às conclusões a que chegam as CPIs. Particularmente, tenho me dedicado a estudar o resultado de CPIs no Congresso Nacional e sei da importância delas.

Certa vez, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse que gostava muito de CPI e que a Receita tinha 100 dos seus auditores trabalhando apenas em função de relatórios de CPIs do Congresso Nacional, ressarcindo o Erário de recursos que dele foram subtraídos pela prática de ilícitudes de instituições ou de pessoas. Há poucos dias, a mesa do Senado Federal recebeu do Ministério Público a comunicação de duas ações por improbidade administrativa como conseqüência da CPI dos Bancos, propondo um ressarcimento, no caso o Bamerindus, de 6 bilhões de reais e, no caso do Banco Econômico, de 3 bilhões de reais.

A sociedade nem sempre toma conhecimento das conseqüências de uma CPI e por isso o descrédito em relação a elas, mas poderíamos aqui apresentar um relatório de resultados extremamente significativos, alcançados por CPIs no Congresso Nacional. A CPI que levou ao **impeachment** de um presidente, a CPI que levou ao afastamento de parlamentares em função de irregularidades no Orçamento da União, enfim, são CPIs que fizeram história, e estamos aqui com uma missão da maior importância, que é não apenas investigar, creio que neste caso, sobretudo, a investigação até fica num plano secundário, embora devamos nos dedicar a investigar também para apresentar um diagnóstico da realidade, mas o que é mais importante, imagino dessa forma, é a apresentação de um modelo de reforma agrária para o país.

É nosso dever pelo menos, como CPI, trabalhar para a tentativa da celebração de um pacto que envolva trabalhadores sem terra, proprietários rurais, governo da União, governos estaduais, governos mu-

nicipais, porque só dessa forma teríamos a possibilidade de realmente começar a acreditar na efetivação de uma reforma agrária efetiva no nosso país. Não podemos ignorar que essa turbulência no campo, essa desordem que se institucionaliza na área rural, pode comprometer o processo de evolução que vem vivendo a agricultura brasileira, aumentando a produtividade, evoluindo tecnologicamente, colocando o país num cenário de destaque no mundo agrícola e contribuindo com a produção rural de forma decisiva nessa desesperada luta de crescimento econômico do nosso país. Não podemos, de forma alguma, comprometer esse processo de evolução da agricultura em função da insegurança que campeia no campo.

Quero, portanto, dizer da satisfação em presidir esta Comissão, e, modestamente, com humildade, dividir com os senadores e deputados a responsabilidade da direção desta Comissão. Vamos compartilhar a responsabilidade da direção buscando o melhor caminho para que possamos realmente chegar a uma conclusão que ofereça ao país, quem sabe, um modelo de reforma agrária compatível com a nossa realidade. Já cedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, que a solicita.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Deputados, gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> incorporasse nessas CPIs famosas e bem sucedidas, uma que aconteceu aqui, também CPI mista, que aconteceu em 1993, que tratou do alto endividamento da agricultura brasileira.

Sr. Presidente, naquela época, ninguém mais agüentava os rumos a que a agricultura estava chegando quando, até 1986, sabidamente, a inadimplência do produtor rural era de 1% e hoje gira em torno disso, de 1 a 2%, mas teve uma fase, que começou em 1986, com o Plano Cruzado, e veio até 1994, com o Plano Real, onde essa inadimplência foi a 40, 50, até 60%, e foi uma CPI, que naquela época não teve muita divulgação, Sr. Presidente, porque concorria com a CPI do Orçamento, logo depois com outras CPIs importantes, mas esta CPI, de forma sólida, concreta, é dela... por causa das suas recomendações que aconteceram todas as negociações vinculado ao crédito rural nesse País. Dela surgiu o processo de securitização, o processo do Pesa, o processo da regularização do Procepa, do Pronaf, todos ligados aos pequenos produtores. Veio dela a Recoop, a recuperação das cooperativas, e criou, na medida provisória do Recoop, o Funcafé.

Portanto, todos esses programas, Sr. Presidente, vieram de uma CPI que ainda está muito viva, ape-

sar de dez anos que se passaram, dentro daquela recomendação daquela CPI. Portanto, gostaria que incorporasse e entregasse bem sucedidas, mas não tão famosas, também à CPI do alto endividamento da agricultura brasileira. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro, pelo registro. É evidente que não citamos todas as CPIs, como, por exemplo, da Câmara dos Deputados, a CPI do Narcotráfico, que alcançou resultados. Não citei a propósito porque presidia a CPI do Futebol, uma CPI que também promoveu mudanças na legislação, com o Estatuto do Torcedor, uma lei de responsabilidade social, e inqueritos que ainda tramitam no Ministério Público Federal. As CPIs, realmente, alcançam, sim, os seus objetivos quando há dedicação dos seus integrantes.

Com a palavra o Vice-Presidente Onyx Lorenzoni.

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, da mesma forma, quero também encaminhar breves considerações. Primeiro, dizer que o Brasil, dos países que disputam hoje como grandes **players** o mercado internacional no agronegócio, é o único que tem mais do que 5% da sua população vivendo no campo. Aliás, o Brasil tem um pouco mais do dobro disso vivendo no campo. E haverá, seguramente, um deslocamento de uma parcela importante dessa população em direção às cidades. E isso é inexorável. O que temos que procurar buscar nisso, Senador e caro Relator, é o equilíbrio para que a favela não mude de endereço. Lamentavelmente, o que tentamos foi, até o presente momento, na maior parte das vezes, a mudança do endereço da favela. A favela sai da periferia da cidade e vai para o meio do campo. Só que lá, no meio do campo, o posto de saúde está distante, a escola está a muitas léguas, o que dificulta, inclusive, o acesso a serviços básicos e fundamentais. Temos que buscar uma resposta, principalmente à sociedade brasileira, Sr. Presidente, na medida em que o Brasil é o País que dispõe, rapidamente, de 90 milhões de hectares para serem explorados. Disporá, ainda, num delta de tempo inferior a duas décadas, de mais 100 milhões, que virão da pecuária, que vai se organizar e vai se reduzir pela otimização do seu processo produtivo. O Brasil tem nada menos do que 190 milhões de potenciais hectares para serem aproveitados. O Brasil tem todas as condições de poder, em paz, resolver a questão agrária brasileira, em paz, ser o grande produtor de alimentos e, tendo em consideração que vai ser possível ficar no campo, aquele homem, aquela mulher que tiver três atributos fundamentais: a vocação, a

tecnologia e o aporte financeiro, porque essa tríade é inseparável do sucesso da atividade no campo, seja ela uma pequena propriedade rural ou uma grande propriedade rural. Por isso, também me somo na mesma análise que V. Ex<sup>a</sup> faz, Senador Alvaro Dias, no sentido de que a maior preocupação que deveremos buscar nesta CPI, além de procurar levar a palavra do Parlamento brasileiro no sentido de dar paz a quem produz no Brasil e oportunidades a quem clama justamente por oportunidades quer do campo quer da cidade, será a de poder construir um entendimento, uma grande consertação para que a gente consiga crescer e dar oportunidades a todos. Acho que esse é o nosso extraordinário desafio. E acima de tudo a garantia daquilo que nos faz cada vez melhores e qualificados como Nação, que é a jovem democracia que todos nós ajudamos a amadurecer e sedimentar para bem do futuro do nosso País.

Obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Como no requerimento o nome desta CPI é longo demais eu sugiro que comecemos a chamá-la de CPI da Terra, que é uma denominação mais enxuta, não é? Parece que seria mais adequado nos referimos CPI da Terra. Se os companheiros...

Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

**O SR. JAMIL MURAD** (PC do B – SP) – Senador Alvaro Dias, queria cumprimentá-lo pela eleição à Presidência, Deputado Ônix, Deputado João Alfredo e cumprimentar todos os Senadores e Deputados que compõem esta CPI.

Aceitei a indicação do meu Partido, PC do B, para fazer parte da CPI com muita honra, porque nascido pelas mãos de uma parteira num pequeno sítio e vivendo ali por até o fim do grupo escolar, eu vivenciei como é que é a vida do homem do campo, sejam os meus avós, que eram sitiantes, sejam os meus colegas de grupo escolar que eram vestidos com roupas todas furadas, sem dentes, descalços, sem um lanche para comer, eram filhos de trabalhadores rurais. Então, vivi de perto esse drama, essa tragédia nacional. Como homem público, ao longo do tempo sempre tenho procurado defender uma solução para esse grave problema nacional. Considero que a democratização da terra é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. E isso não se contrapõe a defesa da produção do campo. Estive com o Senador Jonas Pinheiro na mesma trincheira, ou o Deputado Zonta lá da nossa Câmara, lá na Organização Mundial do Comércio e vimos o quanto o produtor rural, seja pequeno, médio ou grande, é penalizado pelas imposições do império. E ali dizem que há um conflito entre Estados

Unidos e Europa, mas os dois se uniram para defender o subsídio para concorrer conosco com preços artificialmente baixos e, portanto, com grande desvantagem para nós, para o nosso desenvolvimento, para criação de mais riquezas para resolver os nossos problemas.

Então, defendo um projeto nacional desenvolvimentista, com distribuição de renda, com reforma agrária e esse projeto pressupõe a defesa da produção, do trabalho, do desenvolvimento. Nesse sentido, nós temos defendido a agricultura nacional. Quero registrar bem que aqui não é aqueles que são contra o produtor do campo versus os que não têm nada, ou só tem a vida para perder precocemente com uma doença.

Agora, é necessário superar a maneira que se trata o movimento social, aqueles que lutam. Por exemplo, o sujeito não pode pagar aluguel. Fiz o meu curso de medicina e teve um dia que o sujeito pôs um revólver no meu peito porque o meu pai não tinha pago o aluguel para ele. O que a gente tinha com isso. Não tinha o dinheiro. Alguns colegas lá da minha classe se reuniram e me emprestaram o dinheiro e pagamos o aluguel. Estava correndo risco de vida. Quer dizer, se pudesse ter um terreno para erguer quatro paredes, dava para o meu pai ajudar a criar os seus filhos e oferecer oportunidade para que eles estudassem, não é? Eu tive muitos companheiros que são do PCdoB, do PT, do PSB assassinados e, também, freiras, padres e advogados como o Deputado Paulo Fonteles, assassinados, brutalmente. Perde a vida, precocemente, por uma questão que não vai ser resolvida eliminando a vida de um ou outro, porque se há necessidade é a de fazer a reforma agrária, os anos passam, as pessoas passam mas aquela causa permanece, ela vive, ela fica cobrando solução da Nação, dos diferentes governantes, dos diferentes Senadores e Deputados, ao longo do tempo.

Eu, então, entro, com muita honra, nesta Comissão para defender um ponto de vista no meu entendimento, quer dizer, defender a Reforma Agrária, o fim da violência. Não adianta falar da violência do trabalhador rural, dos sem-terra, etc.. Na verdade, a violência é colocada para ele quando lhe tiram todas as condições de sobrevivência, quando ele vê os seus filhos morrerem de doença ou de fome, logo cedo. Portanto, nós, como homens públicos, temos que usar a CPI para buscar um diagnóstico e uma solução, uma confraternização da Nação para ter um Brasil desenvolvido no campo e na cidade, civilizados, com direito, com cidadania, onde o povo possa ser incluído no po-

der de consumo. Isto será uma vitória para o Brasil e para o seu povo como um todo.

Quero, então, cumprimentá-los. Aqui é a luta do capital financeiro contra aqueles que defendem a produção e dentro dos que defendem a produção, nós precisamos de uma solução para a Reforma Agrária, uma solução para a democratização da terra, mesmo nas cidades. Quantas vezes, como Deputado Estadual, eu vi famílias sem ter para onde irem, ocupando uma área. Aquilo está desde o tempo em que Cabral chegou aqui – aquela área está desocupada e eles são obrigados a irem num lugar que exige duas horas para vir para o centro da cidade para trabalhar. Portanto, nós precisamos democratizar, também, a terra urbana. Não é servir, ali, de valor – aplica e moderniza que dá mais dinheiro do que segurar aquela terra como reserva de riqueza ou de patrimônio.

**O SR. PRESIDENTE** (Álvaro Dias) – Muito obrigado, Sr. Deputado Murad.

Passo a palavra ao Relator, Sr. Deputado João Alfredo, que tem um compromisso a seguir e, posteriormente, aos demais Srs. Deputados.

**O SR. JOÃO ALFREDO** (PT – CE) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra, agora, em função de uma audiência pública que está sendo realizada por Requerimento de nossa autoria.

Peço, então, desculpas porque vou ter que me ausentar, logo, em seguida e não vou ouvir a palavra dos demais companheiros, mas eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o nobre Senador Álvaro Dias e o nobre Deputado Onyx Lorenzoni pela eleição, agora, para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero agradecer a confiança que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, depositou na minha pessoa para compor esta CPI e, em compondo a CPI, funcionar como Relator dela. É uma responsabilidade muito grande e um desafio ainda maior esta Relatoria e eu quero estar à altura desse desafio e quero dizer que tenho uma experiência nesta área. Antes de ser Deputado Estadual, por três mandatos, no meu Estado, Ceará, fui advogado de Sindicatos de trabalhadores e de trabalhadoras rurais no Ceará e conheci a luta do homem do campo. Da mesma forma que na Advocacia apoiei muita luta pela reforma agrária, soube também, em muitos momentos, conciliar interesses, fazendo, muitas vezes, do sindicato, um juizado de conciliação, em defesa, evidentemente, da classe trabalhadora, cujos direitos têm sido, ao longo desse tempo, tão espezinhados e tão pouco reconhecidos.

Eu tenho compreensão de que a reforma agrária é uma dívida social imensa, histórica, que a nossa

sociedade tem para com a classe trabalhadora e para com os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Todos os países desenvolvidos do mundo chegaram ao seu estágio de desenvolvimento a partir da reforma agrária. Nós nunca tivemos uma reforma agrária digna desse nome no País.

Assentamentos esparsos, aqui e acolá, por pressões sociais, nós já tivemos. Tivemos, inclusive, anúncios, à época do Governo João Goulart – inclusive um dos motivos do golpe – e à época do Governo Sarney, quando foi anunciado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, com a previsão de um milhão de famílias assentadas, que nunca chegou a sair do papel.

E essa CPI se realiza em um momento, logo em seguida a que o nosso Governo anuncia o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenado pelo Ministro Miguel Rossetto. E eu entendo, assim como o Sr. Presidente, que esta CPI pode ser um bom momento de fazer esse debate.

Evidentemente, sabemos que é um tema quente, é um tema, vamos dizer, instigante, apaixonante mesmo. As pessoas, nessa questão, tomam partido, na defesa dos seus interesses. E essas duas Casas são Casas de debates. Eu tenho essa compreensão. Mas eu tenho a compreensão de que não teremos desenvolvimento, nem justiça social no País, se não tivermos reforma agrária.

Deputado Onix, o Ceará, onde temos área de assentamento, mesmo com todas as dificuldades do semi-árido, mesmo com todas as dificuldades que sabemos que a agricultura tem, o trabalhador assentado ou a trabalhadora assentada têm melhor condição do que o sem-terra. E o primeiro sinal é a compra de uma motocicleta. Nós vamos aos assentamentos e observamos isso. O que há não são favelas rurais. Se nós formos às favelas que rodeiam Fortaleza, a grande região metropolitana, há uma situação de indigência e de indignidade mesmo. Se nós formos às áreas de assentamento, com todas as dificuldades, há uma situação de dignificação do homem do campo.

Entendo como o Deputado Jamil. Penso que a questão que está em jogo, neste momento, é a questão do desenvolvimento do nosso País, um desenvolvimento que seja sustentável, um desenvolvimento que seja justo, um desenvolvimento que seja incluyente. E é nisso que se coloca, no meu entendimento, a questão da reforma agrária.

E eu acho que nós podemos ter um grande papel nesta comissão, se nós soubermos, com maturidade, com tranqüilidade, enfrentando, vamos dizer, as divergências que certamente vão existir, e exis-

tem, entre nós, apresentar – e eu quero ver – um relatório que seja à altura do Brasil e que possa contemplar os diversos interesses que temos aqui em torno desta CPI.

Então, eu gostaria de agradecer essa confiança e dizer que, da mesma forma que o Presidente disse que vai presidir com os Senadores e Deputados, eu quero ser um relator dos Senadores e dos Deputados.

Certamente, quando voltarmos, em fevereiro, faremos o debate sobre o roteiro do nosso trabalho. E eu fico completamente aberto, nesse período, à discussão, com o Sr. Presidente, com o Sr. Vice, mas também com qualquer Sr. Senador, Sr. Deputado, para que possamos, no próximo ano, fazer um bom trabalho. É isso que eu espero, e tenho certeza de que é isso que não só o Congresso (Câmara e Senado) espera, mas que a sociedade brasileira espera.

Eu agradeço, portanto, a confiança e peço licença e desculpa por ter que me ausentar neste momento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Nós agradecemos o Deputado João Alfredo, e sabemos da enorme responsabilidade do relator desde o primeiro momento, na apresentação do roteiro para os trabalhos desta Comissão até a conclusão, com o relatório final. O roteiro já é sinalizador do sucesso ou insucesso da CPMI, e o relatório final, sem dúvida, é o que vai consagrar os trabalhos desta Comissão ou, ao contrário disso, condenar essa Comissão por não ter tido competência, eficiência para apresentar o resultado que se espera dela.

Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion, do PFL do Paraná.

**O SR. ABELARDO LUPION** (PFL – PR) – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Senador Alvaro Dias por esse desafio que S. Ex<sup>a</sup> aceitou, ao Deputado Onyx Lorenzoni, ao Deputado João Alfredo, a todos aqueles que vão compor conosco esta importante CPMI.

Acho que esta é a CPMI da quebra de tabus. Desde 1986, milito nessa área. Minha vida tem sido pautada pela defesa do nosso setor, do setor da agricultura, do setor da pecuária, do setor produtivo. Conheço profundamente a área. Não tenho receio de dar testemunhos, de fazer valer as minhas ponderações, de fazer valer as minhas crenças e acho que nós temos o maior desafio conosco mesmo, o desafio de conseguirmos desarmar os espíritos, porque, a partir do momento que desarmamos os espíritos,

conseguiremos também desarmar aqueles que estão se digladiando por algo que mais sobra neste País, que é terra.

É uma tarefa árdua, é uma tarefa de muita responsabilidade, mas acredito que vamos ter êxito, porque acho que nunca uma classe foi tão usada como a classe rural. A classe rural, os trabalhadores e os proprietários são usados dia-a-dia para se conflitarem, às vezes por pessoas que não tem o mínimo conhecimento do que acontece no dia-a-dia numa propriedade rural.

As bandeiras levantadas, às vezes, são bandeiras levantadas por mãos que não têm honra, que querem ver o conflito, e o maior desafio que temos, acho, é tirar essa bandeira das mãos daqueles que não têm honra e colocar naqueles que realmente querem resolver o problema.

É muito bonito incitar violência, é muito bonito incitar movimentos, mas acho que mais bonito é você conseguir fazer com que a paz chegue ao campo, com que, realmente, realize-se uma Reforma Agrária, mas uma Reforma Agrária que resolva os problemas do setor.

No nosso Estado, Senador, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem governou e tão bem iniciou o programa de Reforma Agrária, foi pelas suas mãos que se começou uma Reforma Agrária, e me lembro muito bem disso, pacífica, sem nenhum conflito. No Paraná, vimos que é possível, sim, fazer, porque temos, como disse o Deputado Murad, aqueles que, no dia em que termina um dia de corte de cana, estão com as mãos sangrando, e que não temos o direito de não dar uma oportunidade a eles. No nosso Estado, são duzentos e cinquenta mil, que, hoje, só têm emprego porque existe um acordo com os usineiros de não se mecanizar a lavoura de cana, porque senão até eles perderiam o emprego.

Então, a solução é urgente. É uma Reforma Agrária da dignidade, mas é a Reforma Agrária do respeito, do respeito àqueles que estão produzindo, do respeito àqueles bem-intencionados que fazem com que este País possa alimentar o mundo.

Tenho profundo respeito pela lei. Se agirmos conforme a lei e a Constituição e segundo o bom senso que nos abençoará nesta Comissão, tenho certeza de que conseguiremos deixar de ser usados.

Tenho um currículo na Câmara. Presidi a UDR do Paraná e orgulho-me muito disso, Senador. Defendi aqueles que, na época, não tinham a mínima condição de se defender. Essa questão evoluiu muito. Hoje, reforma agrária para mim não é mais tabu.

Precisamos realmente fazer com que as terras produzam. Sabemos que a terra não pode ser apenas um bem para que se possa simplesmente aplicar um dinheiro. A terra realmente precisa produzir. Falo como proprietário rural, como produtor rural que tem sua fazenda produzindo. A minha propriedade é extremamente produtiva. Portanto, posso falar: não sou improdutivo e quero que todos aqueles que ocupam as terras sejam produtivos. No entanto, não aceito que o produtor rural brasileiro seja usado e que a palavra fazendeiro seja considerada nociva. Não! Fazendeiro é aquele que faz este País ser o que é.

Precisamos estabelecer a paz e devemos buscá-la nesta Comissão, tanto daqueles movimentos que não querem mostrar a cara como daqueles que usam os fazendeiros para serem massa de manobra.

Espero contribuir muito com esta Comissão. Espero honrar o meu Estado, o meu Partido e a minha consciência, fazendo parte desta Comissão, porque a coragem não me falta para encarar os problemas que hoje enfrentamos.

Peço licença para ausentar-me, porque haverá a instalação da Frente Parlamentar Sucroalcooleira na Câmara dos Deputados, de que faço parte.

Mais uma vez, cumprimento aqueles que aceitaram dirigir a nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Agradeço ao Deputado Abelardo Lupion, que será da maior importância para o sucesso dos trabalhos desta Comissão, já que é um especialista e terá certamente a inspiração necessária para oferecer uma contribuição inteligente para a propositura final dos trabalhos desta Comissão.

Posteriormente, ajustaremos horário e dia de reunião. Peço desculpas aos Srs. Deputados especialmente. Esta reunião foi convocada emergencialmente para a instalação da Comissão. Por isso, não pudemos consultá-los sobre conveniência de dia e horário para realização das reuniões. Porém, até o dia 15 de fevereiro haverá tempo suficiente para nos ajustarmos em relação a isso, e certamente escolheremos o momento adequado a todos para que possamos nos reunir, sempre com um **quorum** significativo. Creio que o sucesso da Comissão começa pela presença dos Srs. Deputados e Senadores. É muito importante que o **quorum** seja sempre elevado.

Concedo a palavra ao Deputado Josué Bengtson, do PTB.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB – PA) – Sr. Presidente, serei bastante objetivo e rápido.

Conheço um problema muito sério. Sou paulista da região noroeste-oeste do Estado de São Paulo, de Getulina, próximo a Lins. Em 1955, a cidade de Getulina possuía 21 mil habitantes – 7 mil na cidade e 14 mil na zona rural. Naquela época, o Governo pagou para os proprietários rurais, indenizou um a uma dos pés de café que foram cortados. E V. Ex<sup>a</sup>, paranaense que é, sabe que talvez seja a agricultura que mais emprega hoje e, em qualquer época, o café. A nossa cidade, de 21 mil habitantes, em três anos, estava reduzida a 11 mil habitantes. Para onde foram esses 10 mil? Foram ser favelados em São Paulo, em Campinas e outras cidades grandes.

Fazer esse caminho de volta é muito difícil, porque, como disse bem o Deputado Onix, não adianta simplesmente pegar um pedaço de terra e dar para alguém que não tem o mínimo de vocação para agricultura. Eu nasci no interior, numa fazenda. Aos seis anos de idade, eu limpava tronco de pé de café. Toda a minha família era colona naquela época. Hoje, estamos vendo no Brasil e no meu Estado do Pará, pelo qual fui eleito, onde vivo há 30 anos, um problema que não é nosso. O Estado do Pará é considerado hoje o Estado campeão da violência agrária, rural.

Visite aquela região de Marabá, de Paraopebas, de Redenção, de Xinguara, Rio Maria, Eldorado dos Carajás e veja quantos paraenses estão ali. Chegam levadas e levadas de pessoas que são mandadas de outros Estados, principalmente do Estado vizinho que tem uma ferrovia. O trem chega cheio e volta vazio. Vou citar um outro dado: Anapur, município próximo, onde possivelmente será construída a usina de Belmonte. Uma cidade que, há dois anos, tinha 4 mil habitantes, hoje tem 11 mil habitantes na cidade, todos oriundos de outras cidades, porque ouviram falar que haveria uma construção de uma hidrelétrica, que geraria emprego.

O Município de Paraopebas, no Pará, que, há 18 anos era uma vila, hoje é uma cidade de 100 mil habitantes. Não há Prefeito, não há Governo que possa resistir um inchaço desse tamanho. Então, da Reforma Agrária que preconizamos sou altamente defensor, porque também tenho um pedaço de terra e creio que a melhor coisa é a terra produzindo. Lembro que há alguns anos li não sei se V. Ex<sup>a</sup> era o Governador do Paraná – algo que o Governador do Paraná disse a respeito da Reforma Agrária no Paraná: “Enquanto 3 ou 4 mil foram assentados em nosso Estado, 30 ou 40 mil pequenos produtores rurais deixaram suas propriedades porque não conseguiram sobreviver”. Lembro que isso ocorreu há uns 15 anos.

Então, o Governo que patrocinou o êxodo rural, por meio da criação de uma indústria forte no Brasil, mas que não deu estrutura àquele povo que deixou a terra, ao realizar a Reforma Agrária, não importa o nome, o título, o Partido estamos falando da instituição, precisa dar condições ao homem do campo, ao assentado, a fim de que possa ficar no campo, porque não foi benéfico o que se fez nos últimos anos realmente. O que temos hoje no sul e sudeste do Pará são regiões de violência. O banditismo está dentro dos assentamentos. Inclusive, na última semana, recebemos denúncias de grupos armados hoje entre os assentados, escravizando-os. Precisamos tomar providências para que tenhamos paz no campo e na cidade. Uma vez que esta CPI não vai tratar apenas do problema rural, mas também urbano, temos um cabedal de coisas a discutir. Entretanto, o Governo tem de estar presente. Sem o apoio do Governo, não haverá, de maneira alguma, fixação do homem no campo.

No nosso Estado do Pará, pequenas propriedades foram doadas aos assentados e, em menos de cinco anos, já passaram por três proprietários, já foram vendidas e revendidas.

Obrigado, Sr. Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Deputado Josué Bengtson. Cedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que as palavras dos diversos Parlamentares que aqui se expressaram – Deputados Jamil Murad, Josué Bengtson, Abelardo Lupion – e de V. Ex<sup>as</sup> que presidem e vice-presidem esta CPI – Senador Alvaro Dias e Deputado Onyx Lorenzoni – têm o sentido de construção, e eu queria ressaltar: acho que V. Ex<sup>a</sup> propõe de maneira adequada que possamos aqui sintetizar o objetivo da CPI como a CPI da Terra. Mas eu gostaria de lembrar um aspecto importante. Quando primeiro se propôs no Senado a CPI sobre os problemas que agora iremos ver, a primeira formulação tinha sido algo quase no sentido de criminalizar os movimentos sociais, e foi então que, inclusive em cooperação com o Deputado Lorenzoni, chegamos à redação que me parece consensual, e me permita ler alto porque ela diz bem o senti-

do. Então, sim, boa sugestão: vamos sintetizar a CPI da Terra, lembrando que ela tem por objetivo realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, então isso significa que vamos ver quão desigual ela é:

Os processos de reforma agrária e urbana – vendo em que medida o histórico da reforma agrária foi adequado, como está sendo e como poderá vir a ser;

Os movimentos sociais de trabalhadores – que têm promovido ocupações de terras, áreas, edifícios privados e públicos, por vezes, com violência. É nosso propósito que não haja violência, então vamos ver como poder dirimir isso, que a solução eu tantas vezes estive com o Deputado Jamil Murad em lugares de ocupação, de assentamentos, sempre com o propósito de mediar entendimentos, assim como os movimentos de proprietários rurais, que, segundo se divulga, têm-se organizado para impedir ocupações por vezes com violência. Então, às vezes também estaremos com este propósito, dialogando com todos os segmentos, para fazer aquilo que tem sido o objetivo, inclusive expresso pelo Presidente Lula, de realizar a reforma agrária de maneira pacífica, com o diálogo com todos os segmentos da sociedade brasileira.

Meus cumprimentos e boa sorte.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

Nós pedimos, então, aos Srs. Deputados e Senadores que discutam particularmente com o Vice-Presidente, com o Relator e com a Presidência a melhor forma de estabelecermos um roteiro produtivo e também um calendário adequado às atividades tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal.

Creio que podemos encerrar esta reunião. Deixamos a data em aberto para a próxima reunião, que será na segunda quinzena do mês de fevereiro. Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 15h e 30min.)*

**OS:10889/04**